

Working women, working men - São Paulo and the rise of Brazil's industrial working class, 1900-1955, de Joel Wolfe. Durham, Duke University Press, 1993.

Oliver Dinius*

Joel Wolfe utiliza a história de duas indústrias paulistanas - a indústria têxtil e a indústria metalúrgica - e a história dos trabalhadores nessas indústrias para analisar o desenvolvimento do movimento operário na cidade de São Paulo. Usando o ativismo dos trabalhadores nessas indústrias como exemplo, ele delinea o desenvolvimento das relações capital-trabalho do sistema paternalista do começo do século ao sindicalismo do segundo governo Vargas.

Wolfe quer mostrar que dois fatores específicos do movimento operário em São Paulo foram decisivos para o surgimento de uma frente operária forte e unida durante as greves de 1953/54: o papel das comissões de fábrica e o ativismo independente das trabalhadoras das industriais paulistanas. Na sua interpretação, o movimento trabalhista de São Paulo sempre sofreu de um “cisma” entre a liderança oficial do movimento operário e os quadros de base (p. 20). Nos anos anteriores à revolução de 1930, os anarquistas paulistanos proclamaram-se porta-voz do movimento operário, mas Wolfe tenta mostrar que raramente representaram as reivindicações dos próprios trabalhadores, e muito menos das trabalhadoras.

A seu ver, esse “cisma” continua sob o novo sistema sindical de Getúlio Vargas, introduzido no começo dos anos 30 e uniformizado com a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) em 1943. Sob esse sistema, os líderes dos sindicatos oficiais - os chamados “pelegos” - foram apoiados pelo Esta-

*Doutorando em História em Harvard University.

do e muitas vezes não tinham o apoio dos trabalhadores e das comissões de fábrica. Os ativistas de base só tomaram controle dos sindicatos nos anos 50 e em seguida criaram um movimento unificado que formou a base da greve dos 300 mil em 1953.

Wolfe interpreta a luta de classes no período que vai da primeira grande greve em 1917 à greve dos 300 mil, como um conflito que se manifestava freqüentemente dentro do próprio movimento operário entre a base e as forças que contavam com o apoio ou do Estado ou da nova associação dos industriais Ciesp/Fiesp (Confederação das Indústrias do Estado de São Paulo, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). Só o triunfo das comissões de fábrica e a participação decisiva das trabalhadoras têxteis de São Paulo na greve de 1953 acabaram com essa luta interna e permitiram uma democratização dos sindicatos com um novo enfoque na verdadeira luta de classes.

Infelizmente, Wolfe presta pouca atenção ao contexto do período em questão. Pelo contrário, pesquisou e escreveu o livro com uma série de pressuposições, muitas das quais nunca são provadas no livro. A pressuposição principal é a de que todos os trabalhadores industriais sempre tinham os mesmos interesses e eram solidários entre si nos conflitos com os patrões que, por sua vez, também sempre se apresentavam como um grupo coeso. De acordo com essa perspectiva, as frentes na luta de classes ficam bem claras, e o papel dos líderes anarquistas e dos “pelegos” aparece como um lapso da história que foi corrigido em 1953. O problema com essa interpretação é que na vida real, e portanto na história real, as frentes entre trabalhadores e industriais, Estado e trabalhadores, comissões de fábrica e sindicatos, “pelegos” e outros líderes sindicais, e mesmo entre trabalhadores e trabalhadoras raramente foram tão claras. A luta de classes não é uma luta para a salvação eterna, e sim uma luta para resolver reivindicações dos trabalhadores, tais como queixas sobre condições de trabalho e pressões econômicas. Para resolver esses problemas específicos, uma estratégia combinando negociação, acordos e protestos é um instrumento bem mais importante para os líderes do movimento operário do que uma ideologia pura. Por isso, a

análise de Wolfe, ao focar o discurso dos líderes do movimento operário, sofre de limitações para poder entender as relações capital-trabalho num mundo com pressões econômicas e políticas.

O livro refere-se a fatores econômicos como inflação, lucros das indústrias e falta de mão-de-obra, mas estes fatores sempre são apresentados por Wolfe como fatores externos à luta de classe, quando, na verdade, eles constituem o cerne de todo sistema de relações capital-trabalho. Os poucos dados econômicos fornecidos no livro não constituem uma análise: a mesma tabela com um índice da produção industrial de São Paulo aparece três vezes (pp. 59, 88, e 98); outra tabela mostrando um índice de custo de vida e do salário mínimo aparece duas vezes, mas sem explicação suficiente e com informação discrepante (pp.154, 169); e não é fornecida nenhuma informação sobre o crescimento dos números do operariado entre 1900 e 1955.

Wolfe menciona a grave inflação do começo dos anos 50, mas ele não explica que esta inflação foi causada pela alta econômica mundial devido à Guerra da Coreia entre 1950 e 1953. Curiosamente, a Guerra da Coreia nem é mencionada no livro, apesar de, nessa época, ter se formado um movimento político que uniu a esquerda do país, inclusive os sindicatos, contra a participação do Brasil na guerra e contra uma cooperação econômica e militar com os Estados Unidos. Essa alta econômica causada pela guerra precipitou a greve de 1953 com um desequilíbrio enorme entre lucros empresariais e salários, mas também fortaleceu o movimento operário porque resultou numa falta de mão-de-obra. Ironicamente, essa situação macroeconômica foi bem similar à situação antes da greve de 1917 e também à situação no fim da Segunda Guerra Mundial. Essas greves ocorreram durante um período de desequilíbrio econômico fundamental e serviram para um ajuste parcial desse mesmo desequilíbrio. Portanto, os três movimentos grevistas deveriam ser considerados como movimentos do mesmo tipo, e não, como na interpretação de Wolfe, como fenômenos com características fundamentalmente diferentes.

Evidentemente houve mudanças no sistema das relações capital-trabalho entre a Primeira Guerra Mundial e os anos 50. A mudança funda-

mental em termos institucionais, que teve ramificações para a organização e a estratégia do movimento operário - a nova legislação do trabalho do primeiro governo Vargas -, é rejeitada por Wolfe como explicação para as transformações na atuação do operariado de São Paulo na época pós-45. Ele acredita que o movimento operário se esforçou *apesar* do novo sistema de sindicato único, e não *por causa* desse sistema (p. 120). Ele aceita que os trabalhadores usaram a lei como uma arma na luta contra os capitalistas (p. 184), mas ele duvida que a nova lei trabalhista e a criação do sindicato único tenha reestruturado o movimento operário. A seu ver, a luta dos anos 30, entre os líderes sindicais, os “pelegos” e as comissões de fábrica continua depois de 1943 sob a C.L.T. Para salvar esta interpretação, Wolfe é forçado a introduzir uma distinção artificial entre “pelegos *soft-core*”, que cooperam com as comissões de fábrica, e “pelegos *hard-core*” que cooperam com o Estado.

Wolfe não explora o lado político e financeiro do sindicato único: os acordos implícitos entre os líderes sindicais e os políticos populistas - que, em troca de apoio eleitoral, prometeram uma política mais favorável aos trabalhadores - e o imposto sindical, que dava muito mais poder aos sindicatos oficiais. Depois da repressão de 1946-47, limitaram-se as opções. Era possível continuar pensando em revolução fora das instituições oficiais, mas dentro das mesmas, havia pelo menos a possibilidade de aproveitar os novos fundos e a nova infra-estrutura para obter avanços de ordem material. Sem levar em conta esses aspectos político-econômicos, Wolfe não consegue resolver a contradição, presente na sua interpretação, que os mesmos trabalhadores que tinham sofrido repressão durante o Estado Novo apoiaram o segundo governo Vargas. É preciso pensar nesse pacto como uma aliança estratégica, e essas considerações estratégicas também explicam o esforço das comissões de fábrica para tomar controle dos sindicatos. A interpretação que vê uma dicotomia entre as comissões de fábrica e a liderança do movimento operário não faz mais sentido quando se trata do sindicato único - os sindicatos deram acesso ao poder, e as comissões de fábrica, que sempre foram as organizações de base no local de trabalho, tentaram obter este

acesso ao poder. Sem analisar mais sistematicamente a lei de trabalho e o populismo, Wolfe omite essa explicação central para as mudanças no movimento operário após a Segunda Guerra Mundial.

Analisando as duas indústrias que Wolfe aborda, com um raciocínio diferente e com mais rigor, o historiador poderia chegar a conclusões bem diversas, que contestariam muitas das pressuposições do autor. Em vez de, como Wolfe, utilizar a documentação da indústria têxtil e da indústria metalúrgica duma maneira cumulativa para procurar provar o papel central das comissões de fábrica e das operárias, seria mais útil comparar as duas indústrias para analisar as diferenças no lugar do trabalho e na organização do trabalho.

Como James Brennan mostrou no seu livro, *The labor wars in Córdoba, 1955-1976*, para a indústria automobilística, a organização do trabalho numa fábrica facilita ou dificulta a organização dos operários para uma greve. Provavelmente, uma análise das indústrias de São Paulo que seguisse esse modelo revelaria que as diferenças de militância entre os trabalhadores de variadas indústrias têm suas origens em distintas organizações internas das fábricas. É lamentável que Wolfe nem leve essa possibilidade em consideração. Sem essa análise mais profunda do contexto industrial, não é possível provar que a militância das operárias se deve ao fato de serem mulheres e não ao simples fato de trabalharem na indústria têxtil. A estrutura do estudo de Wolfe não permite que sua hipótese seja posta à prova. A pressuposição se torna conclusão sem que ele estabeleça um raciocínio convincente ou apresente provas para uma militância maior das mulheres. Wolfe poderia ter achado uma explicação para a sua hipótese na vida das mulheres fora da fábrica, mas esta linha de pesquisa permanece fora de sua análise, e a referência repetida às dificuldades das mulheres na procura de comida não é suficiente (pp. 80, 91, 108).

Partindo de pressupostos freqüentemente simplistas, *Working women, working men* não chega a desenvolver uma análise em profundidade e um argumento convincente. Se as conclusões do livro confirmam a sua tese inicial, isto se deve menos à força da evidência apresentada do que a uma

supressão das contradições internas presentes no livro, particularmente as relativas ao sistema corporativo. Teria sido melhor se o autor tivesse sido menos ambicioso, limitando a abrangência de seu estudo e dando mais atenção ao contexto econômico e institucional. Poderia assim ter contribuído de forma mais significativa. As perguntas levantadas são excelentes, e Wolfe arrola muita evidência interessante, mas a abordagem o impede de desenvolver uma análise sólida para qualquer das perguntas. Não obstante, o livro tem o seu mérito em colocar estas perguntas. Wolfe traz à memória que a história do movimento operário não começa só com o surgimento de sindicatos, já que, em qualquer local de trabalho, operários e operárias se organizam para defender seus interesses perante os empresários industriais. Também é preciso estudar o papel das mulheres no lugar de trabalho e nas organizações de classe, mas antes de se preocupar com questões da microhistória social, a história dos desenvolvimentos econômicos, políticos e institucionais que determinam a experiência dos operários industriais deve ser estabelecida.